

Repom S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Semestre Findo em 30 de Junho de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

REPOM S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

RELATÓRIO DA ADIMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Repom S.A., submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras, relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2019, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Repom S.A., agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Repom S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Repom S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Repom S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2019, sem comparação com o período anterior, devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 6º, da Circular BACEN nº 3.833/2017, de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por ser tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

REPOM S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>30/06/2019</u> <u>R\$ mil</u>
CIRCULANTE		<u>238.453</u>
DISPONIBILIDADES	4	<u>2.248</u>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	<u>5.416</u>
Aplicações no mercado aberto		5.416
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	<u>147.803</u>
Carteira própria		145.291
Instrumentos financeiros derivativos		2.512
OUTROS CRÉDITOS	7	<u>81.346</u>
Diversos		83.766
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(2.420)
OUTROS VALORES E BENS		<u>1.640</u>
Despesas antecipadas		1.640
NÃO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>63.607</u>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	<u>47.497</u>
Carteira própria		44.455
Instrumentos financeiros derivativos		3.042
OUTROS CRÉDITOS	9	<u>16.110</u>
Diversos		16.110
PERMANENTE		<u>42.309</u>
IMOBILIZADO DE USO	11	<u>5.182</u>
Outras imobilizações de uso		10.993
(Depreciações acumuladas)		(5.811)
INTANGÍVEL	12	<u>37.127</u>
Ativos intangíveis		60.727
(Amortização acumulada)		(23.600)
TOTAL DO ATIVO		<u>344.369</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

<u>PASSIVO</u>	Nota Explicativa	<u>30/06/2019</u> R\$ mil
CIRCULANTE		<u>248.900</u>
DEPÓSITOS		
Outros depósitos	13	<u>62.148</u> 62.148
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	14	<u>53.648</u> 53.648
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Sociais e estatutárias	15	<u>133.104</u>
Fiscais e previdenciárias	15.a	10.787
Diversas	15.b	4.022
	15.c	118.295
NÃO CIRCULANTE E EXIGIVEL A LONGO PRAZO		<u>1.829</u>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	15	
Diversas	15.c	<u>1.829</u> 1.829
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	
Capital social		<u>93.640</u>
Reservas de capital		27.897
Reservas de lucros		48.261
Ajustes de avaliação patrimonial		1.357
Lucros acumulados		1.728
		14.397
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>344.369</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	30/06/2019 R\$ mil
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	6.693
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.503
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.190
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(240)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(240)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.453
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		12.844
Receitas de prestação de serviços	19	55.134
Despesas de pessoal	20	(13.267)
Outras despesas administrativas	21	(18.876)
Despesas tributárias	22	(4.588)
Outras receitas operacionais	23	2.551
Outras despesas operacionais	23	(8.110)
RESULTADO OPERACIONAL		19.297
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(50)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		19.247
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	(4.818)
Provisão para imposto de renda	24.a	(645)
Provisão para contribuição social	24.a	(235)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.b	(3.938)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(389)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		14.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)**

	Nota Explicativa	Capital Realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018									
	18	27.897	48.261	1.357	18.051	1.140	-	-	96.706
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge accounting" de fluxo de caixa, líquido de impostos									
	18.c	-	-	-	-	588	-	-	588
		-	-	-	(18.051)	-	-	-	(18.051)
		-	-	-	-	-	357	357	357
		-	-	-	-	-	14.040	14.040	14.040
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		27.897	48.261	1.357	-	1.728	14.397	14.397	93.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	30/06/2019 R\$ mil
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre		14.040
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre:		
Depreciação e amortização	11 e 12	5.047
Ganho/ perda na baixa/ venda de imobilizado e intangível		2
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	285
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	240
Provisão para participação nos resultados		389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.b	3.938
Total dos ajustes de reconciliação		<u>23.941</u>
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários		(21.905)
Outros créditos		(23.520)
Despesas antecipadas		(248)
Depósitos		15.413
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		9.871
Impostos de renda e contribuição social pagos		(817)
Outras obrigações		<u>8.516</u>
Total de decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais		<u>(12.690)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>11.251</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição/ alienação de imobilizado de uso	11 e 12	(124)
Aquisição/ alienação de intangível	11 e 12	<u>(4.785)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		<u>(4.909)</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos distribuídos e pagos		<u>(15.000)</u>
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(15.000)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(8.658)</u>
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do semestre		16.322
No fim do semestre		7.664
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(8.658)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Valores em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Repom S.A. ("Companhia" ou "Repom") iniciou suas operações em 1993 com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na alameda Tocantins, 75, 18º andar, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções HDFGT S.A.

A Companhia tem como objetivo a prestação de serviços no segmento de transportes rodoviários de cargas e logística, com atuação no controle e na gestão de logística, oferecendo soluções integradas para o controle e gerenciamento de todos os processos da cadeia de transportes rodoviários, otimizando as operações dessa cadeia como um todo.

A Companhia opera com uma ferramenta de gestão, controle e pagamentos aplicada à contratação de fretes e desenvolvida para melhorar a eficiência no controle das operações com frotas terceirizadas e agregadas, a qual permite acesso pela internet.

A Repom obteve em 30 de abril de 2019, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - ("COSIF") e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN nº 4.007/11.

- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução CMN nº 4.424/15.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas e créditos de liquidação duvidosa.
- iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.
- vii) A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

A Repom optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular BACEN nº 3.833/2017, de não apresentar as informações comparativas nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15 de agosto de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em operações compromissadas com prazo original de vencimento de até 90 dias, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração de resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias "negociação" e "mantidos até o vencimento".

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

- (i) Altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato.
- (ii) Considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza (circular BACEN nº 3.082/02):
 - "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

- "Hedge" de fluxo de caixa – a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

d) Outros créditos

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada.

A rubrica também é composta pelos valores correspondentes aos créditos tributários da Companhia.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Dentro do grupo de "outros créditos" a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: moveis e utensílios – 10%, veículos – 20%, maquinas e equipamentos – 10%, equipamentos de informática – 20%, instalações – 10%, benfeitorias em imóveis de terceiros – 20%, equipamento de telecomunicação – 10%.

g) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: gastos com desenvolvimento - 14.29% e software 20%.

h) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2019.

i) Outros depósitos

Os valores registrados na conta de outros depósitos, classificada no passivo circulante, são originados de recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento da Rede Credenciada. A Companhia atua como meio de pagamento no mercado de transportes, operando como agente de repasses, sendo registrado nessa conta apenas os movimentos operacionais de repasse, sem inclusão de taxas nem outro tipo de cobrança ou remuneração pelos serviços prestados; esses saldos são restritos às transações-fim e não podem ser utilizados para nenhum outro tipo de operação.

j) Relações interfinanceiras

Os valores registrados na conta de recebimentos e pagamentos a liquidar referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

k) Outras obrigações - diversos

Os valores registrados no grupo de outras obrigações – diversos referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados, bem como antecipação de clientes a serem destinados aos respectivos fretes contratados.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no patrimônio líquido.

n) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.06.2019</u>
Disponibilidades:	
Depósitos bancários	2.187
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (i)	61
Aplicações no mercado aberto (ii)	<u>5.416</u>
Total	<u><u>7.664</u></u>

- (i) São compostos por valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.

- (ii) Referem-se a aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos privados – debêntures, consideradas para compor o total de caixa e equivalentes de caixa.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	<u>30.06.2019</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez:	
Aplicações no mercado aberto (*)	<u>5.416</u>
Total	<u>5.416</u>

(*) Referem-se a aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos privados - debêntures.

b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30.06.2019</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez:	
Aplicações no mercado aberto	<u>235</u>
Total	<u>235</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2019, os títulos e valores mobiliários foram classificados como "disponíveis para venda", composto pelos saldos apresentados abaixo:

a) Composição por classificação

	<u>30.06.2019</u>	
	<u>Valor do custo amortizado</u>	<u>Valor de mercado/ contábil</u>
<u>Disponível pra venda</u>		
Carteira própria:		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (i) (ii)	<u>189.746</u>	<u>189.746</u>
Total	<u>189.746</u>	<u>189.746</u>

- (i) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 96% do CDI.
- (ii) O montante de R\$62.148 está vinculado à garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Circular Bacen nº 3.705/14. A Administração realizou a adequação da alocação desses investimentos em títulos públicos federais, conforme divulgado na NE 26.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2019.

a.1) Composição por vencimento

	30.06.2019		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Disponível pra venda</u>			
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	145.291	44.455	189.746
Total	<u>145.291</u>	<u>44.455</u>	<u>189.746</u>

a.2) Resultado com títulos e valores mobiliários

	30.06.2019
Resultado de títulos renda fixa	5.268
Total	<u>5.268</u>

Em 30 de junho de 2019, os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelos saldos apresentados abaixo:

b) Instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2019	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Instrumentos financeiros derivativos – “Swap”	2.936	5.554
Total	<u>2.936</u>	<u>5.554</u>

b.1) Composição por vencimento

	30.06.2019		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>			
“Swap”	2.512	3.042	5.554
Total	<u>2.512</u>	<u>3.042</u>	<u>5.554</u>

b.2) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2019
“Swaps” Pré fixado x CDI	1.190
Total	<u>1.190</u>

c) "Hedge" contábil

As operações de derivativos da Repom têm como objetivo proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI, através da estrutura de "hedge accounting", obtendo a previsibilidade do seu fluxo de caixa e rentabilidade ao contratar operações de "Swaps" que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o "hedge" de fluxo de caixa.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de "hedge" contábil de fluxo de caixa em 30 de junho de 2019:

Banco	Vencimento	Valor de referência ("notional")	Banco		Companhia		Efetividade
			Indexador	Juros a.a.	Indexador	Diferencial a receber	
Itaú	21/08/2019	20.000	Prefixada	12,02%	CDI	2.512	100,00%
Itaú	01/10/2021	40.000	Prefixada	8,78%	CDI	3.042	100,00%

Em 30 de junho de 2019, a Repom não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como "Hedge" de risco de mercado.

7. OUTROS CRÉDITOS – CURTO PRAZO

	<u>30.06.2019</u>
Contas a receber de clientes (i)	53.135
Impostos a compensar	3.346
Antecipação a fornecedores	2.807
Antecipação a funcionários	863
Devedores diversos – País	8.682
Impostos diferidos – nota nº 24b	14.933
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa – nota nº 8	<u>(2.420)</u>
Total	<u>81.346</u>

(i) São constituídos pelos valores a receber de clientes e rede credenciada relativos a prestações de serviço da Companhia, tais como: comissões sobre as operações de saque, frete e vale pedágio, mensalidades, taxas relacionadas a cartões, tarifas bancárias, gestão de despesa e manutenção de serviços.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Repom realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para o semestre findo em 30 de junho de 2019 está detalhada a seguir:

	<u>30.06.2019</u>
Saldo inicial em 31.12.2018	2.180
Adições	<u>240</u>
Saldo final em 30.06.2019	<u>2.420</u>

9. OUTROS CRÉDITOS - LONGO PRAZO

	<u>30.06.2019</u>
Impostos e contribuições diferidos (i) – nota nº 24b	16.061
Depósitos judiciais	49
Total	<u>16.110</u>

(i) São compostos por créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa.

10. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 30 de junho de 2019, a Repom manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

a) Saldos e transações:

	<u>30.06.2019</u>
Despesas com prestação de serviço:	
Ticket Serviços S.A. (i)	(1.522)
Despesas com compartilhamento de serviços:	
Ticket Serviços S.A. e Ticket Soluções HDFGT S.A	(2.638)

(i) Referem-se ao fornecimento de benefícios (Ticket Refeição) aos empregados da Repom

b) Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o semestre findo em 30 de junho de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$728. Esse valor foi registrado na rubrica "Despesa de pessoal" e inclui somente os benefícios de curto prazo. A Administração não possui e nem concede benefícios pós-aposentadoria ou outros benefícios de longo prazo.

11. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	30.06.2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	586	(44)	542
Veículos	20	25	(25)	-
Máquinas e equipamentos	10	18	(1)	17
Equipamentos de informática	20	8.237	(5.441)	2.796
Instalações	10	3	(3)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.065	(269)	1.796
Equipamentos de telecomunicação	10	54	(28)	26
Imobilizado em andamento		5	-	5
Total		<u>10.993</u>	<u>(5.811)</u>	<u>5.182</u>

b) Movimentação do imobilizado

	<u>30.06.2019</u>
Saldo inicial em 31.12.2018	5.755
Adições	180
Baixa	(56)
Depreciação (*)	(697)
Saldo final em 30.06.2019	<u>5.182</u>

(*) incluída na rubrica "Outras despesas administrativas", no resultado do exercício

12. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa anual de amortização - - %	<u>30.06.2019</u>		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ativos intangíveis gerados internamente (*)	14,29	54.162	(19.183)	34.979
Software	20	6.558	(4.417)	2.141
Marcas e patentes	-	7	-	7
Total		<u>60.727</u>	<u>(23.600)</u>	<u>37.127</u>

(*) referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia. A amortização dos gastos a partir da data de ativação é de sete anos, considerando o prazo de vida útil estimada da plataforma de tecnologia e a retenção desses clientes.

b) Movimentação do intangível

	<u>30.06.2019</u>
Saldo inicial em 31.12.2018	36.692
Adições	9.619
Baixa	(4.834)
Amortização	(4.350)
Saldo final em 30.06.2019	<u>37.127</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. A Administração não identificou eventos que pudessem denotar a existência de indicadores de perdas e não houve baixas de ativos intangíveis para o semestre findo em 30 de junho de 2019.

13. DEPÓSITOS

Referem-se a recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento de contratos dos clientes da Companhia. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	<u>30.06.2019</u>
Outros depósitos	62.148
Total	<u>62.148</u>

14. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	<u>30.06.2019</u>
Transações de pagamento (i)	53.648
Total	<u>53.648</u>

(i) Referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	<u>30.06.2019</u>
Dividendos a pagar	10.787
Total	<u>10.787</u>
Curto prazo	<u>10.787</u>

b) Fiscais e previdenciárias

	<u>30.06.2019</u>
Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro	622
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	879
Impostos e contribuições sobre salários	767
Provisões para impostos e contribuições diferidos – nota nº 25b	890
Outras	864
Total	<u>4.022</u>
Curto prazo	<u>4.022</u>

c) Diversas

	<u>30.06.2019</u>
Despesas de pessoal	5.367
Credores diversos – País (i)	639
Obrigações por transações de pagamento (ii)	46.670
Obrigações por serviços de instituições de arranjo	2.902
Provisões para contingências – nota nº 16	1.830
Outros pagamentos (iii)	62.717
Total	<u>120.124</u>
Curto prazo	118.295
Longo prazo	1.829

(i) Antecipações recebidas de clientes.

(ii) Referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados.

- (iii) Referem-se substancialmente a valores pagos pelos clientes e que serão direcionados aos respectivos portadores dos cartões de acordo com o frete acordado com o cliente.

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos de natureza tributária e trabalhista. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação de eventuais perdas.

Em 30 de junho de 2019, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2018</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>30.06.2019</u>
Provisões (ii):				
Tributários	1.509	17	-	1.526
Trabalhistas (i)	36	304	(36)	304
Total	<u>1.545</u>	<u>321</u>	<u>(36)</u>	<u>1.830</u>

- (i) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza trabalhista, no qual há probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.
- (ii) Refere-se substancialmente às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias e trabalhistas para quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados.

Em 30 de junho de 2019, o saldo das ações judiciais com probabilidade de perda possível é de R\$801, sendo R\$765 relativas as ações judiciais de natureza trabalhista e R\$36 as ações judiciais de natureza cível.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$27.897 representados por 3.680.200 cotas no valor nominal de R\$7,58 cada uma, assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30.06.2019</u>
Ticket Soluções HDFGT S.A.	100	27.897
Total	<u>100</u>	<u>27.897</u>

b) Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Companhia deliberou por meio de uma Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos nesse semestre, relativos ao resultado de exercícios anteriores, no montante de R\$18.051.

d) Reserva de capital

O valor de R\$48.261 registrado na rubrica "Reserva especial de ágio" é decorrente da incorporação reversa da sua então controladora indireta Ticket em 1º de dezembro de 2013, constituindo-se reserva especial de ágio, prevista no artigo 1º da Instrução nº 349/01 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, representativa do benefício fiscal relacionado à amortização do ágio. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, no fim de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção das respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, e as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador.

18. RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>30.06.2019</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários – nota nº 6	5.503
Resultado com instrumentos financeiros derivativos – nota nº 6	<u>1.190</u>
Total	<u>6.693</u>

19. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>30.06.2019</u>
Taxa sobre postos credenciados (iii)	18.369
Cartão Repom (i)	13.611
Taxa de utilização – "Rede Mastercard" (ii)	9.053
Outras receitas (iv)	5.867
Tarifas bancárias	3.403
Taxa de adesão cartão Repom	3.002
Taxa de serviços sobre o sistema "VPR"	1.534
Taxa de credenciamento de estabelecimento	295
Total	<u>55.134</u>

(i) Correspondem às receitas de clientes, provenientes do consumo do cartão Repom pelo portador nos postos credenciados.

(ii) Correspondem às receitas de tarifas sobre operações de saque Mastercard.

(iii) Correspondem às receitas de estabelecimentos, provenientes do consumo realizado pelo portador nos postos credenciados, bem como taxas fixas mensais cobradas sobre manutenção de serviços e consumo dos cartões.

(iv) Referem-se substancialmente a receitas com gestão de despesa, taxas de adesão, taxas de manutenção, mensalidade e gestão de TAG, taxa de inatividade e intermediação de negócios.

20. DESPESAS DE PESSOAL

	<u>30.06.2019</u>
Proventos	(5.994)
Encargos sociais	(3.576)
Benefícios	(3.392)
Treinamento	(280)
Estagiários	(25)
Total	<u>(13.267)</u>

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30.06.2019</u>
Despesas de serviços técnicos especializados	(7.030)
Despesas de depreciação e amortização	(5.047)
Despesas de propaganda e publicidade	(1.994)
Despesas de processamento de dados	(929)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(729)
Despesas de viagem no país	(704)
Despesas de promoções e relações públicas	(643)
Despesas de comunicação	(494)
Despesas de transporte	(458)
Despesas com aluguéis	(327)
Outras despesas administrativas	(289)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(100)
Despesas de material	(122)
Outros	(10)
Total	<u>(18.876)</u>

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>30.06.2019</u>
Despesa de ISS	(862)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(687)
Despesa de contribuição ao COFINS	(2.943)
Outras despesas tributárias	(96)
Total	<u>(4.588)</u>

23. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30.06.2019</u>
Outras rendas operacionais (i)	<u>2.551</u>
Despesa com serviços associados a transações de pagamento (ii)	(4.597)
Outras despesas operacionais (iii)	(3.072)
Outras	(441)
Total outras despesas operacionais	<u>(8.110)</u>
Total	<u>(5.559)</u>

(i) Referem-se às taxas de inatividade sobre saldo remanescente dos cartões VPR.

- (ii) Referem-se as despesas de processamento e manutenção de emissões de cartões, bem como custos sobre operações de saque.
- (iii) Referem-se substancialmente ao custo sobre a operação de pedágio eletrônico e outras despesas como descontos, baixas e variações monetárias.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no resultado do exercício.

	<u>30.06.2019</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	19.247
Participações estatutárias no lucro	(389)
Base de cálculo	18.858
Alíquota vigente	<u>34%</u>
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(6.412)
Efeito das adições/exclusões do período:	
Diferenças permanentes	<u>1.594</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(4.818)</u>

- b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

	<u>31.12.2018</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30.06.2019</u>
Benefício fiscal sobre ágio de controladora incorporada	23.620	(2.464)	21.156
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	6.522	(384)	6.138
Provisões para riscos tributários e trabalhistas	-	62	62
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	741	82	823
Provisão para bônus e Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.395	(799)	596
Outras provisões	<u>2.654</u>	<u>(435)</u>	<u>2.219</u>
Total de crédito tributário de IR e CS – Ativo – notas nº 7 e nº 9	<u>34.932</u>	<u>(3.938)</u>	<u>30.994</u>
Perdas ou ganhos não realizadas com instrumentos financeiros derivativos - "swap"	<u>(588)</u>	<u>(302)</u>	<u>(890)</u>
Total de crédito tributário de IR e CS – Passivo – nota nº 15b	(588)	(302)	(890)
Total de crédito tributário de IR e CS	<u>34.344</u>	<u>(4.240)</u>	<u>30.104</u>

- c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Em 30 de junho de 2019, o montante de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social era de R\$18.054, o qual será compensado com lucros a serem gerados no futuro, limitados à razão de 30% ao ano do lucro tributável, bem como por diferenças temporárias.

A Administração avaliou a realização dos créditos tributários, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

<u>Ano</u>	<u>30.06.2019</u> <u>Créditos</u> <u>tributários</u>
2019	9.280
2020	9.524
2021	4.928
2022 a 2025	<u>6.372</u>
Total	<u>30.104</u>

25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, a Repom, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.

"Hedge" de fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui estrutura de "hedge" contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição a variação de taxa de juros de suas aplicações financeiras registradas na rubrica de "Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos".

Para estruturar a operação, a Companhia contratou um Instrumento financeiro derivativo de "swap" junto ao Banco Itaú S.A., no valor de referência de R\$20.000, com vencimento em 21 de agosto de 2019, substituindo a taxa variável de 100% do CDI pela taxa fixa anual de 12,02%.

A Companhia contratou também um outro instrumento financeiro derivativo de "swap" junto ao Banco Itaú S.A., no valor de referência de R\$40.000, com vencimento em 01 de outubro de 2021, substituindo a taxa variável de 100% do CDI pela taxa fixa anual de 8,78%.

O "swap" foi considerado de nível 2 para o cálculo de valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

c) Gerenciamento de capital

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 30 de junho de 2019, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

d) Garantias concedidas

Em 30 de junho de 2019, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional como aval da Edenred S.A., no valor de US\$15.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de julho de 2019, a Repom está adequou o seu caixa para a alocação de 100% dos recursos mantidos em contas de pagamento na aplicação de títulos públicos federais, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) conforme exigência da Circular nº 3.681, capítulo VIII de 4 de novembro de 2013.



Gilles Attolini
Representante legal



Leandro Rocha Rovarotto
Contador CRC-1SP 258907/O-4